

Concurso Público do Município de Iretama - PR

Procurador Jurídico - Iretama

[↩ voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Dormir mal está ligado ao aumento do risco de câncer em pessoas com menos de 50 anos

-

Dois grandes estudos sugerem que a má qualidade do sono pode estar alimentando o aumento global de diagnósticos de câncer em pessoas com menos de 50 anos, de acordo com informações do The Guardian. Pesquisadores descobriram que pessoas com padrões de sono ruins tinham maior probabilidade de desenvolver câncer de intestino, mama, útero ou ovário em estágios iniciais.

Em alguns casos, pessoas com menos de 50 anos diagnosticadas com insônia apresentaram três vezes mais probabilidade de desenvolver câncer em cinco anos.

"Essas descobertas sugerem que a perturbação do sono pode representar um fator de risco clinicamente relevante e potencialmente modificável na estratificação de risco de câncer em estágios iniciais, justificando investigações adicionais", afirmaram os pesquisadores, durante apresentação do trabalho no encontro anual da Sociedade Americana de Oncologia Clínica (ASCO), em Chicago.

O número de jovens diagnosticados com a doença aumentou quase 80% em três décadas. Os casos mundiais de câncer de início precoce aumentaram de 1,82 milhão em 1990 para 3,26 milhões em 2019, enquanto as mortes por câncer entre pessoas na faixa dos 40, 30 anos ou menos aumentaram 27%. Por isso, identificar as causas do aumento das taxas de câncer entre adultos jovens tornou-se uma prioridade global de saúde.

Os estudos, liderados por pesquisadores do Jefferson Health New Jersey, em Stratford, Nova Jersey, e do Ochsner MD Anderson Cancer Center, em Nova Orleans, Louisiana, analisaram dados de saúde de mais de 18 milhões de adultos nos EUA com idades entre 18 e 50 anos. Os resultados mostraram que adultos com distúrbios de sono, especialmente insônia, tinham uma maior probabilidade de desenvolver câncer antes dos 50 anos.

A associação foi ainda mais forte para mulheres. Mulheres com insônia tinham cerca de três vezes mais probabilidade de desenvolver câncer de mama, o dobro do risco de câncer de útero, além de um aumento notável no risco de câncer de ovário.

A ciência ainda está tentando entender de que forma a falta de sono pode afetar o risco de câncer, mas uma das hipóteses é que durante o sono, o corpo repara o DNA, regula os hormônios, acalma a inflamação e permite que o sistema imunológico combata as anormalidades. Quando não há sono de qualidade, essas funções ficam prejudicadas.

Questão 1

Com base na leitura do texto, considere as assertivas a seguir.

I. O texto apresenta resultados de pesquisas que indicam uma associação entre distúrbios do sono e maior risco de desenvolvimento de alguns tipos de câncer antes dos 50 anos.

II. Os pesquisadores afirmam que a insônia é a causa comprovada e definitiva do aumento dos casos de câncer em pessoas jovens.

III. Os estudos mencionados analisaram dados de mais de 18 milhões de adultos nos Estados Unidos com idades entre 18 e 50 anos.

IV. Segundo o texto, a ciência já compreende integralmente os mecanismos biológicos pelos quais a falta de sono provoca o câncer.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I e II, apenas.

B) II, III e IV.

C)
I e III, apenas.

D) II e IV, apenas.

E) I, III e IV.

Questão 2

Com base nas informações do texto, é CORRETO inferir que:

A) a má qualidade do sono afeta apenas o sistema digestivo dos pesquisados.

B)
o diagnóstico precoce de câncer foi associado, nos estudos, a indivíduos com sono de baixa qualidade.

C) padrões de sono saudáveis garantem a imunidade total contra os tipos de câncer citados.

D) o câncer de intestino é o único tipo de câncer mencionado que afeta homens.

E) a publicação *The Guardian* foi a responsável por conduzir os dois grandes estudos científicos.

Questão 3

Considerando a intenção comunicativa predominante e os recursos empregados na construção do texto, é CORRETO afirmar que prevalece a função da linguagem:

A)
Referencial, pois prioriza a transmissão objetiva de informações, dados e resultados de pesquisas sobre determinado tema.

B) Conativa, pois busca persuadir o leitor a modificar seus hábitos de sono por meio de comandos e orientações diretas.

C) Emotiva (ou expressiva), pois evidencia opiniões pessoais e sentimentos dos pesquisadores acerca do problema abordado.

D) Metalinguística, pois o texto utiliza a própria linguagem como objeto de análise e reflexão.

E) Fática, pois o foco principal está em estabelecer e manter o contato entre emissor e receptor.

Questão 4

Considere as palavras extraídas do texto: "câncer", "início" e "décadas", assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** as regras de acentuação segundo a gramática normativa.

- A) "décadas" e "câncer" seguem a regra das paroxítonas terminadas em ditongo oral.
- B) "início" é uma paroxítona terminada em ditongo crescente.
- C) "Início" não deve ser acentuada, pois é uma oxítona terminada em ditongo.
- D) Todas as três palavras são acentuadas por serem proparoxítonas.
- E) "Câncer" é acentuada por ser uma proparoxítona terminada em "r".

Questão 5

No trecho *"...pessoas com padrões de sono ruins tinham maior probabilidade..."*, as palavras destacadas classificam-se, respectivamente, como:

- A) substantivo e numeral.
- B) adjetivo e substantivo.
- C) substantivo e adjetivo.
- D) advérbio e conjunção.
- E) preposição e conjunção.

Questão 6

No contexto da frase *"sono pode estar alimentando o aumento global"*, o termo em destaque pode ser substituído, sem alteração do sentido original, por:

- A) ignorando, pois indica desconsideração em relação a um fato ou circunstância.
- B) mensurando, pois remete ao ato de medir ou quantificar determinado fenômeno.
- C) fomentando, pois expressa a ideia de impulsionar ou favorecer a ocorrência de algo.
- D) mitigando, pois indica a redução gradual de um fenômeno.
- E) estagnando, pois sugere interrupção ou ausência de crescimento.

Questão 7

Considere o período a seguir:

"Pesquisadores descobriram que pessoas com padrões de sono ruins tinham maior probabilidade de desenvolver câncer."

A respeito da estrutura sintática do período, considere as assertivas a seguir.

I. A oração "*que pessoas com padrões de sono ruins tinham maior probabilidade de desenvolver câncer*" exerce a função de complemento do verbo "descobriram".

II. A oração destacada é classificada como oração subordinada substantiva objetiva indireta, pois completa o sentido de um verbo transitivo indireto.

III. O trecho destacado exerce a função sintática de sujeito da oração principal.

IV. A oração destacada não é precedida por preposição exigida pelo verbo da oração principal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) III e IV, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I e IV, apenas.

Questão 8

No trecho:

"Os resultados mostraram que adultos com distúrbios de sono, especialmente insônia, tinham uma maior probabilidade de desenvolver câncer antes dos 50 anos."

A palavra "especialmente" está empregada como:

- A) Substantivo, por nomear uma circunstância relacionada à insônia.
- B) Conjunção, por estabelecer relação de explicação entre os termos da oração.
- C) Advérbio, por intensificar e destacar uma informação no contexto da oração.
- D) Adjetivo, por caracterizar o substantivo "insônia".
- E) Preposição, por introduzir um complemento nominal.

Questão 9

Observe o trecho: "*Os estudos analisaram dados de saúde de mais de 18 milhões de adultos nos EUA.*"

Em relação à função sintática, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O termo "Os estudos" exerce a função de sujeito.
- B) O termo "de mais de 18 milhões de adultos" exerce a função de complemento nominal de dados.
- C) O termo "analisaram" exerce a função de objeto direto da oração.

D) O termo "dados de saúde" exerce a função de sujeito da oração.

E) O termo "nos EUA" exerce a função de objeto indireto.

Questão 10

No trecho *"...câncer de intestino, mama, útero ou ovário em estágios iniciais."*, o uso da vírgula justifica-se para:

A) separar uma oração subordinada adverbial anteposta.

B) isolar um vocativo.

C) isolar um aposto explicativo.

D) marcar a supressão de um verbo (elipse).

E) separar termos de mesma função sintática em uma enumeração.

Conhecimentos Gerais

Questão 11

A atuação internacional dos Estados envolve decisões diplomáticas, econômicas e estratégicas que refletem os princípios adotados em suas relações externas. Em determinadas situações, tais princípios servem como limite para a participação do país em ações promovidas por outras nações. Considerando os princípios que orientam as relações internacionais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que representa situação compatível com o princípio da independência nacional.

A) Autorizar que organismos estrangeiros determinem alterações obrigatórias em normas internas brasileiras sem participação das instituições nacionais competentes.

B) Subordinar decisões estratégicas do Estado brasileiro às orientações políticas de outro país, visando ampliar acordos diplomáticos.

C) Preservar a autonomia do Estado brasileiro na definição de suas políticas internas e externas, ainda que existam pressões internacionais de natureza econômica ou política.

D) Apoiar a imposição de medidas econômicas externas destinadas a direcionar decisões internas do país, em razão de interesses comerciais internacionais.

E) Permitir a intervenção direta de governos estrangeiros na organização administrativa nacional para acelerar processos de integração regional.

Questão 12

A organização coletiva de pessoas para fins lícitos representa uma das formas de participação social asseguradas pela ordem constitucional brasileira. Em razão disso, o ordenamento jurídico estabelece limites à atuação estatal sobre determinadas entidades privadas. Com base nas disposições constitucionais relacionadas aos direitos e garantias individuais, assinale a alternativa CORRETA.

A) As associações civis somente podem iniciar suas atividades após registro autorizado por órgão governamental responsável pela fiscalização institucional.

B) A constituição de associações para fins lícitos independe de autorização estatal, sendo

vedada interferência do poder público em seu funcionamento, nos termos da lei.

- C) A criação de associações depende de autorização prévia do poder público quando houver finalidade de interesse coletivo.
- D) O funcionamento das cooperativas pode ser condicionado à aprovação administrativa específica, conforme critérios definidos pelo ente federativo competente.
- E) O Estado pode intervir na administração interna das associações privadas sempre que houver divergência entre seus integrantes.

Questão 13

Em muitas cidades brasileiras, a administração municipal atua diretamente na regulamentação e execução de atividades ligadas ao funcionamento urbano e à prestação de serviços destinados à população local. Essas atribuições decorrem da repartição constitucional de competências entre os entes federativos. Considerando as competências atribuídas aos Municípios pela Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os Municípios possuem competência para instituir tributos estaduais quando houver interesse local devidamente justificado em lei municipal.
- B) Os Municípios podem editar normas sobre qualquer matéria administrativa, ainda que exista disciplina integral em legislação federal específica.
- C) A criação e a supressão de distritos independem de previsão em legislação estadual, desde que aprovadas pela Câmara Municipal.
- D) A prestação do serviço de transporte coletivo urbano pode ser realizada pelo Município de forma direta ou mediante concessão ou permissão.
- E) A publicação de balancetes municipais possui caráter facultativo quando as contas públicas forem submetidas ao controle interno do Poder Executivo.

Questão 14

A estrutura do Poder Legislativo brasileiro foi concebida para combinar representação populacional e representação federativa, resultando em um modelo bicameral com regras próprias de composição e funcionamento. Com base nas disposições constitucionais relativas ao Congresso Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Poder Legislativo federal é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo a legislatura fixada em período de quatro anos.
- B) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelas Assembleias Legislativas estaduais, em razão do pacto federativo.
- C) A duração da legislatura federal pode ser ampliada por deliberação conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, desde que aprovada por maioria absoluta em ambas as Casas.
- D) A renovação integral da composição do Senado Federal ocorre ao final de cada legislatura, em observância ao princípio da alternância política.

- E) A legislatura do Congresso Nacional coincide com o mandato dos Senadores, possuindo duração de oito anos.

Questão 15

Em procedimento administrativo destinado à contratação de equipamentos hospitalares, determinado gestor público recebeu parecer técnico apontando que os valores apresentados pela empresa vencedora estavam significativamente acima da média praticada no mercado. Mesmo após alerta formal da equipe responsável pela análise de preços, o gestor autorizou a contratação sem justificar a divergência identificada, ocasionando prejuízo efetivamente comprovado ao erário após auditoria do órgão de controle. Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A responsabilização por improbidade administrativa exige comprovação de prejuízo presumido, sendo dispensável a demonstração concreta da perda patrimonial sofrida pela Administração Pública.
- B) A configuração do ato de improbidade depende apenas da existência de dano ao erário, sendo irrelevante a demonstração de elemento subjetivo do agente público.
- C) A autorização de contratação por valor superior ao de mercado pode caracterizar ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário, desde que demonstradas conduta dolosa e efetiva perda patrimonial.
- D) A conduta descrita caracteriza improbidade administrativa apenas se houver enriquecimento ilícito pessoal do agente responsável pela contratação.
- E) A contratação realizada por valor superior ao de mercado afasta a incidência da Lei de Improbidade Administrativa quando o procedimento licitatório tiver sido formalmente concluído.

Questão 16

A disciplina normativa referente ao acesso à informação estabelece diretrizes voltadas à ampliação da transparência administrativa e ao fortalecimento da participação social na fiscalização da atuação estatal. Com base nas disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O sigilo administrativo constitui regra predominante na gestão da informação pública, admitindo-se publicidade apenas quando inexistir risco institucional potencial.
- B) A divulgação de informações de interesse coletivo pelos órgãos públicos restringe-se às hipóteses expressamente solicitadas por meio de requerimento administrativo formal.
- C) O acesso à informação pública depende, como regra geral, de demonstração prévia de interesse jurídico específico pelo requerente.
- D) A utilização de recursos tecnológicos voltados à divulgação de informações públicas constitui diretriz prevista na legislação de acesso à informação.
- E) O desenvolvimento de mecanismos de controle social pela população configura medida discricionária da Administração Pública, condicionada à conveniência do gestor responsável.

Questão 17

A prestação de serviços públicos deve observar normas que asseguram tratamento adequado a grupos contemplados por proteção legal específica. Em determinados contextos de atendimento presencial, a correta aplicação dessas normas influencia diretamente a organização das filas e a ordem de

atendimento. Assinale a alternativa CORRETA acerca do atendimento prioritário previsto na legislação brasileira.

- A) O atendimento prioritário conferido às pessoas com transtorno do espectro autista depende da demonstração de limitação física que comprometa sua locomoção.
- B) A pessoa com transtorno do espectro autista possui direito ao atendimento prioritário, independentemente de sua idade ou da comprovação de mobilidade reduzida.
- C) O atendimento prioritário às pessoas com transtorno do espectro autista pode ser afastado quando houver presença de pessoa idosa na mesma fila de atendimento.
- D) A concessão de prioridade às pessoas com transtorno do espectro autista depende de regulamentação específica editada pelo órgão responsável pelo atendimento.
- E) A prioridade de atendimento destinada às pessoas com transtorno do espectro autista é aplicável apenas em unidades de saúde e assistência social mantidas pelo Poder Público.

Questão 18

A proteção à criança nos primeiros momentos de vida envolve medidas destinadas a favorecer o vínculo familiar e a promoção da saúde infantil, impondo deveres específicos às instituições de atendimento materno-infantil. Em relação às obrigações atribuídas aos estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O acompanhamento da prática de amamentação deve ser realizado exclusivamente por profissional especialista contratado especificamente para essa finalidade.
- B) A permanência do recém-nascido junto à mãe pode ser dispensada por decisão administrativa da unidade hospitalar, desde que haja disponibilidade de berçário especializado.
- C) Os estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes devem possibilitar a permanência do neonato junto à mãe e prestar orientações sobre a técnica adequada de amamentação enquanto ela permanecer internada.
- D) O alojamento conjunto entre mãe e recém-nascido é exigido apenas nos hospitais públicos, não alcançando instituições privadas de atendimento obstétrico.
- E) A orientação sobre amamentação constitui atividade facultativa dos estabelecimentos de saúde, podendo ser substituída por material informativo entregue na alta hospitalar.

Questão 19

A disciplina jurídica da proteção integral à criança e ao adolescente contempla regras específicas sobre convivência familiar e comunitária, estabelecendo parâmetros para a atuação do Estado e da sociedade na preservação desses vínculos. Com base nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O direito à convivência familiar assegura exclusivamente a permanência da criança ou do adolescente junto aos seus pais biológicos, vedadas outras formas de organização familiar reconhecidas pelo ordenamento jurídico.
- B) A convivência comunitária possui caráter acessório em relação à convivência familiar, podendo ser desconsiderada na formulação de políticas públicas voltadas à infância e à juventude.

- C) A inserção em família substituta depende exclusivamente da manifestação de vontade da criança ou do adolescente, dispensando a observância dos requisitos legais aplicáveis.
- D) A colocação em família substituta constitui medida ordinária de proteção, aplicável independentemente da avaliação da possibilidade de permanência da criança ou do adolescente em sua família de origem.
- E) A criança e o adolescente têm direito de ser criados e educados no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, em ambiente que assegure seu desenvolvimento integral.

Questão 20

Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A avaliação das repercussões concretas da decisão constitui faculdade do agente público ou do julgador, podendo ser afastada quando houver fundamento em valor jurídico abstrato.
- B) A consideração das consequências práticas da decisão é exigida apenas para atos administrativos, não alcançando as decisões de órgãos de controle ou do Poder Judiciário.
- C) A utilização de valores jurídicos abstratos como fundamento decisório exige a consideração das consequências práticas decorrentes da decisão adotada.
- D) A análise das consequências práticas da decisão é vedada quando houver conflito entre princípios jurídicos de mesma hierarquia normativa.
- E) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, a invocação de princípios jurídicos é suficiente para fundamentar uma decisão, sendo dispensável a análise de seus possíveis efeitos práticos.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

O Município de Iretama pretende contratar solução tecnológica inovadora para integração dos sistemas de saúde, educação e arrecadação tributária, mas verifica que não consegue definir previamente os meios técnicos aptos a satisfazer suas necessidades. Diante dessa situação, a Procuradoria Jurídica orienta a adoção da modalidade diálogo competitivo, observando as regras previstas na Lei nº 14.133/2021. Considerando o disposto no art. 32, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, analise as assertivas a seguir.

- I. Na divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, a Administração deverá apresentar suas necessidades e exigências já definidas, estabelecendo prazo mínimo de 25 dias úteis para manifestação de interesse dos interessados.**
- II. Os critérios utilizados para a pré-seleção dos licitantes deverão estar previstos no edital, sendo admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.**
- III. Encerrada a fase de diálogo, a Administração deverá abrir prazo não inferior a 60 dias úteis para que todos os licitantes pré-selecionados apresentem suas propostas.**
- IV. O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico.**

V. Durante a fase de diálogo, a Administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas e as informações sigilosas apresentadas por determinado participante, desde que a divulgação seja necessária para ampliar a competitividade do certame.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II, IV e V, apenas.**
- B) I, II, III e IV, apenas.**
- C) II, III, IV e V, apenas.**
- D) I, III, IV e V, apenas.**
- E) I, II e III, apenas.**

Questão 22

O Município de Iretama pretende promover projeto de regularização fundiária de interesse social em área urbana ocupada há décadas. Durante a análise jurídica do procedimento, surgiu dúvida acerca de quem pode ser considerado empreendedor para fins de parcelamento do solo urbano, nos termos da Lei nº 6.766/1979. Considerando o disposto no art. 2º-A da Lei nº 6.766/1979, analise as assertivas a seguir.

I. O proprietário do imóvel a ser parcelado poderá ser considerado empreendedor para fins de parcelamento do solo urbano.

II. O compromissário comprador poderá ser considerado empreendedor, desde que o proprietário manifeste anuência ao empreendimento e se sub-rogue nas obrigações assumidas em caso de extinção do contrato.

III. O ente da administração pública direta ou indireta habilitado a promover desapropriação para implantação de parcelamento habitacional ou regularização fundiária de interesse social poderá ser considerado empreendedor, desde que tenha ocorrido a regular imissão na posse.

IV. A pessoa física ou jurídica contratada pelo proprietário do imóvel ou pelo poder público para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria e sob regime de obrigação solidária, poderá ser considerada empreendedora, sendo dispensada a averbação do contrato na matrícula do imóvel.

V. A cooperativa habitacional ou associação de moradores, quando autorizada pelo titular do domínio, bem como a associação de proprietários ou compradores que assumam a responsabilidade pela implantação do parcelamento, poderá ser considerada empreendedora.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II, III e V, apenas.**
- B) I, III, IV e V, apenas.**
- C) II, III, IV e V, apenas.**
- D) I, II e III, apenas.**

- E) I, II, III, IV e V.

Questão 23

Durante auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, verificou-se que determinado Município deixou de instituir e arrecadar um dos impostos de sua competência constitucional, embora continuasse buscando a celebração de convênios com a União para obtenção de recursos destinados à execução de obras de infraestrutura urbana. Diante da situação, a Procuradoria Jurídica foi instada a se manifestar acerca das consequências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A vedação ao recebimento de transferências voluntárias aplica-se exclusivamente quando o ente federativo deixar de instituir taxas e contribuições de melhoria.
- B) A vedação de transferências voluntárias depende de prévia decisão judicial que reconheça a omissão do ente na arrecadação tributária.
- C) A ausência de arrecadação de tributo de competência constitucional constitui mera irregularidade administrativa, sem repercussão sobre o recebimento de transferências voluntárias.
- D) A responsabilidade na gestão fiscal exige a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação dos impostos de competência constitucional, sendo vedadas transferências voluntárias ao ente que descumprir essa exigência.
- E) O ente federativo poderá deixar de arrecadar impostos de sua competência constitucional por conveniência administrativa, sem qualquer consequência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 24

O Município de Iretama identificou terreno urbano não edificado localizado em área dotada de infraestrutura e incluída no plano diretor como passível de aproveitamento prioritário. Após a notificação do proprietário para promover o adequado aproveitamento do imóvel, foi aplicado o IPTU progressivo no tempo. Decorridos cinco anos de cobrança do tributo majorado, o proprietário permaneceu inerte e não cumpriu a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.

Diante dessa situação, considerando o disposto no art. 8º da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Município deverá promover a desapropriação do imóvel mediante prévia e justa indenização em dinheiro, vedada qualquer outra forma de pagamento.
- B) A desapropriação do imóvel somente poderá ocorrer após dez anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo.
- C) O Município poderá desapropriar o imóvel após cinco anos de cobrança do IPTU progressivo, desde que o pagamento da indenização seja realizado exclusivamente em moeda corrente.
- D) O Município poderá manter indefinidamente a cobrança do IPTU progressivo, sem possibilidade de adoção de outra medida sancionatória.

E)

Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem o cumprimento da obrigação pelo proprietário, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

Questão 25

O Município de Iretama pretende celebrar parceria público-privada para implantação, operação e manutenção de sistema integrado de iluminação pública inteligente. Durante a elaboração do edital, a Procuradoria Jurídica foi consultada sobre os procedimentos específicos do certame previstos na Lei nº 11.079/2004, especialmente quanto ao julgamento das propostas, à apresentação de lances e ao exame das propostas técnicas. Considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 11.079/2004, analise as assertivas a seguir.

I. O julgamento poderá ser precedido de etapa de qualificação de propostas técnicas, hipótese em que os licitantes que não alcançarem a pontuação mínima serão desclassificados e não participarão das etapas subsequentes do certame.

II. Entre os critérios de julgamento admitidos para a contratação de parceria público-privada está o menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública.

III. Quando o edital admitir propostas escritas seguidas de lances em viva voz, os lances deverão ser apresentados na ordem direta da classificação das propostas escritas, podendo o edital limitar a quantidade de lances.

IV. O edital poderá prever a possibilidade de saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou correções de caráter formal no curso do procedimento, desde que observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

V. O exame de propostas técnicas, para fins de qualificação ou julgamento, deverá ser realizado por ato motivado, com base em exigências, parâmetros e indicadores de resultado pertinentes ao objeto, definidos com clareza e objetividade no edital.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) I, III, IV e V, apenas.

B) II, III, IV e V, apenas.

C) I, II, III, IV e V.

D)

I, II, IV e V, apenas.

E) I, II e IV, apenas.

Questão 26

Um cidadão protocolou requerimento administrativo perante o Município de Iretama solicitando acesso a documentos relacionados à apuração de supostas violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos municipais. A autoridade responsável pelo atendimento do pedido sustentou que os documentos seriam sigilosos e, por essa razão, não poderiam ser disponibilizados ao interessado. Paralelamente, a Procuradoria Jurídica foi consultada sobre a incidência das regras da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Considerando o disposto nos arts. 21 e 22 da Lei nº 12.527/2011, analise as assertivas a seguir.

I. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

II. Informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

III. A Lei nº 12.527/2011 exclui todas as demais hipóteses legais de sigilo previstas no ordenamento jurídico, em razão do princípio da publicidade administrativa.

IV. O disposto na Lei nº 12.527/2011 não exclui as hipóteses de segredo de justiça previstas em lei.

V. O disposto na Lei nº 12.527/2011 não exclui as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que possua vínculo com o poder público.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) I, II, IV e V, apenas.
- D) II, III, IV e V, apenas.
- E) I, III, IV e V, apenas.

Questão 27

O Tribunal de Contas do Estado, ao apreciar procedimento administrativo instaurado pelo Município de Iretama, concluiu pela invalidade de determinado contrato administrativo celebrado anos antes. Ao proferir a decisão, limitou-se a declarar a nulidade do ajuste, sem indicar os efeitos práticos da medida, tampouco estabelecer condições para eventual regularização da situação jurídica dos envolvidos. A Procuradoria Municipal, então, foi consultada acerca das exigências previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Considerando o disposto no art. 21 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), assinale a alternativa CORRETA.

- A) A regularização decorrente da invalidação poderá impor aos sujeitos atingidos quaisquer ônus necessários à recomposição da legalidade, ainda que sejam anormais ou excessivos.
- B) A decisão que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa poderá limitar-se à declaração de nulidade, sendo facultativa a indicação de suas consequências jurídicas e administrativas.
- C) A indicação das consequências jurídicas e administrativas somente é exigida quando a invalidação ocorrer na esfera judicial, não se aplicando às esferas administrativa e controladora.
- D) A decisão que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar expressamente suas consequências jurídicas e

administrativas, podendo também estabelecer condições para regularização proporcional e equânime da situação, quando cabível.

- E) A decisão invalidatória deverá indicar suas consequências jurídicas, sendo dispensável a análise das consequências administrativas decorrentes do ato de invalidação.

Questão 28

O Prefeito de determinado Município autorizou que recursos orçamentários destinados por lei à manutenção da rede municipal de ensino fossem utilizados para custear festividades comemorativas do aniversário da cidade. Após a constatação do fato pelos órgãos de controle, a Procuradoria Jurídica foi consultada acerca da tipificação penal da conduta prevista no Código Penal.

Considerando o disposto no art. 315 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A conduta constitui fato atípico, desde que os recursos tenham sido empregados em atividade de interesse público.
- B) A conduta caracteriza o crime de peculato, independentemente da existência de desvio patrimonial em benefício próprio ou de terceiros.
- C) A conduta configura o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, consistente em dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- D) A conduta caracteriza exclusivamente infração administrativa, não possuindo repercussão penal.
- E) A conduta configura crime apenas quando houver efetivo prejuízo financeiro ao erário devidamente comprovado.

Questão 29

Durante fiscalização em feira livre realizada no Município de Iretama, um servidor público, irritado com a resistência de um comerciante em atender determinada ordem administrativa, passou a agredi-lo fisicamente, valendo-se da autoridade inerente ao cargo que exercia. O fato foi posteriormente apurado em procedimento administrativo e comunicado às autoridades competentes para análise da eventual responsabilidade penal do agente.

Considerando o disposto no art. 322 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A conduta somente configura crime se a violência resultar em lesão corporal grave ou gravíssima.
- B) A violência praticada por agente público no exercício da função constitui mera infração administrativa disciplinar, sem repercussão penal.
- C) A conduta é atípica quando praticada durante o exercício regular das atribuições do cargo público.
- D) A conduta caracteriza o crime de violência arbitrária, consistente em praticar violência no exercício da função pública ou a pretexto de exercê-la.
- E) O crime de violência arbitrária exige que a vítima esteja regularmente presa ou submetida à custódia estatal.

Questão 30

O Município de Iretama ajuizou execução fiscal para cobrança de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa. No curso do processo, após a realização da penhora de um imóvel pertencente ao executado, este requereu a substituição da garantia por seguro garantia. Paralelamente, a Fazenda Pública verificou que o bem penhorado possuía valor insuficiente para assegurar integralmente a execução e requereu sua substituição por outro bem de maior liquidez, bem como o reforço da penhora.

Considerando o disposto no art. 15 da Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Em qualquer fase do processo, poderá ser deferida ao executado a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, bem como à Fazenda Pública a substituição dos bens penhorados por outros e o reforço da penhora insuficiente.
- B) O reforço da penhora insuficiente dependerá da concordância expressa do Ministério Público, ainda que requerido pela Fazenda Pública.
- C) A substituição dos bens penhorados por outros somente poderá ser requerida pela Fazenda Pública quando observada rigorosamente a ordem legal prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/1980.
- D) A substituição da penhora por seguro garantia é vedada na execução fiscal, admitindo-se apenas depósito em dinheiro ou fiança bancária.
- E) A substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia poderá ser deferida ao executado apenas antes da citação válida na execução fiscal.

Questão 31

Durante seminário promovido pela Associação dos Municípios do Paraná, foi debatida a possibilidade de reforma da Constituição Federal para promover profundas alterações na organização do Estado brasileiro. Entre as propostas apresentadas, algumas pretendiam extinguir a Federação, eliminar eleições periódicas para determinados cargos políticos, concentrar funções legislativas e jurisdicionais em um único órgão estatal e restringir direitos fundamentais previstos na Constituição. Diante das discussões, a Procuradoria Jurídica do Município de Iretama foi consultada sobre os limites materiais ao poder de reforma constitucional.

Considerando o disposto no art. 60, § 4º, da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado e os direitos e garantias individuais, admitindo-se, contudo, a supressão do voto direto e da separação dos Poderes.
- B) Não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir a soberania nacional, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- C) Não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir a forma republicana de governo, o presidencialismo, o bicameralismo e os direitos sociais.
- D) Não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir qualquer dispositivo constitucional, ainda que não esteja protegido pelas limitações materiais previstas na Constituição.

E)

Não será objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Questão 32

Durante reunião promovida pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Iretama, discutiu-se a estrutura constitucional da seguridade social brasileira e a forma como os diversos direitos sociais são protegidos pelo Estado. A Procuradoria Jurídica do Município foi consultada para esclarecer quais áreas integram a seguridade social nos termos da Constituição Federal. Com base no art. 194 da Constituição Federal, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade.

() A seguridade social destina-se a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social.

() A seguridade social é composta exclusivamente por ações estatais, sendo vedada a participação da sociedade em sua implementação.

() A previdência social integra a seguridade social, ao lado da saúde e da assistência social.

() A educação constitui um dos três pilares expressamente previstos pela Constituição como integrantes da seguridade social.

A) V, V, F, F, V.

B) F, F, V, V, F.

C) V, V, F, V, F.

D) F, V, F, V, V.

E) V, F, V, V, F.

Questão 33

Uma empresa prestadora de serviços contratada pelo Município de Iretama remunera parte de seus vendedores exclusivamente por comissões incidentes sobre os contratos celebrados. Em determinado mês, em razão da baixa demanda, um dos empregados recebeu valor inferior ao salário mínimo nacional. Ao analisar a situação, a Procuradoria Jurídica foi consultada sobre a proteção constitucional assegurada aos trabalhadores que percebem remuneração variável.

Considerando o disposto no art. 7º, inciso VII, da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

A) A garantia de salário mínimo para os trabalhadores que percebem remuneração variável aplica-se exclusivamente aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.

- B)** O empregador poderá complementar a remuneração variável até o salário mínimo apenas quando houver previsão em convenção coletiva de trabalho.
- C)** A garantia constitucional de salário mínimo aplica-se apenas aos trabalhadores que recebem remuneração fixa mensal, não alcançando aqueles que percebem remuneração variável.
- D)** O trabalhador remunerado por comissões ou outra forma de remuneração variável poderá receber valor inferior ao salário mínimo, desde que tenha concordado expressamente com essa condição contratual.
- E)**
O empregado que percebe remuneração variável possui garantia constitucional de salário nunca inferior ao mínimo, independentemente do resultado obtido na apuração de sua remuneração.

Questão 34

O Governador de determinado Estado encaminhou projeto de lei visando reorganizar a estrutura da Procuradoria-Geral do Estado. Durante os debates legislativos, surgiram questionamentos sobre os requisitos para ingresso na carreira de Procurador do Estado, as atribuições constitucionais do cargo e as condições para aquisição da estabilidade. Diante disso, a Procuradoria Jurídica do Município de Iretama analisou o art. 132 da Constituição Federal. Considerando o disposto no art. 132 da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

I. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

II. O ingresso na carreira de Procurador dos Estados e do Distrito Federal depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

III. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios.

IV. A estabilidade dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal depende de avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

V. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercem exclusivamente a representação judicial das respectivas unidades federadas, sendo vedado o exercício de funções de consultoria jurídica.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A)** II, III e V, apenas.
- B)** I, II e III, apenas.
- C)** I, II, III, IV e V.
- D)** I, IV e V, apenas.
- E)**
I, II e IV, apenas.

Questão 35

Um servidor público municipal de Iretama teve seu pedido de licença-prêmio indeferido por ato do Secretário Municipal de Administração, apesar de preencher todos os requisitos previstos em lei.

Convencido de que possui direito líquido e certo demonstrável por documentos já existentes, o servidor procurou assistência jurídica para adotar a medida constitucional adequada à proteção de seu direito.

Considerando o disposto no art. 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo, inclusive quando a pretensão puder ser amparada por habeas corpus ou habeas data.
- B) O servidor poderá impetrar mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, desde que não seja hipótese amparada por habeas corpus ou habeas data e que o ato impugnado tenha sido praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- C) O mandado de segurança somente poderá ser impetrado contra atos praticados por autoridades do Poder Judiciário, não sendo cabível contra atos administrativos.
- D) O mandado de segurança destina-se exclusivamente à proteção da liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública.
- E) O mandado de segurança poderá ser utilizado para proteger qualquer direito, ainda que não seja líquido e certo ou que dependa de ampla dilação probatória.

Questão 36

Com o objetivo de aprimorar a prestação dos serviços públicos e aproximar a Administração Municipal da população residente em localidades mais distantes da sede do Município, foi apresentado projeto de reorganização administrativa prevendo a criação e o fortalecimento de distritos municipais. Durante a análise da proposta, a Procuradoria Jurídica de Iretama foi consultada acerca da finalidade da divisão territorial do Município prevista em sua Lei Orgânica.

Considerando o disposto no art. 7º da Lei Orgânica do Município de Iretama, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Município é dividido em distritos com a finalidade de promover a arrecadação tributária e ampliar a fiscalização fazendária.
- B) O Município é dividido em distritos objetivando a descentralização do poder e a desconcentração dos serviços públicos.
- C) O Município é dividido em distritos com o objetivo de descentralizar o poder e concentrar os serviços públicos na sede municipal.
- D) A criação de distritos tem por finalidade principal conferir autonomia política aos distritos, equiparando-os ao Município.
- E) A divisão do Município em distritos destina-se exclusivamente à organização eleitoral e judiciária do território municipal.

Questão 37

Durante a elaboração do Plano Plurianual do Município de Iretama, diversos órgãos da Administração Municipal apresentaram propostas voltadas ao desenvolvimento econômico, à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida da população. Em reunião técnica, a Procuradoria Jurídica foi consultada sobre os objetivos da política de desenvolvimento municipal previstos na Lei Orgânica do Município. Considerando o disposto no art. 8º da Lei Orgânica do Município de Iretama, analise as assertivas a seguir.

I. A política de desenvolvimento municipal tem por objetivo assegurar a todos os iretamenses existência digna.

II. A política de desenvolvimento municipal tem por objetivo assegurar a todos os iretamenses o bem-estar e a justiça sociais.

III. A política de desenvolvimento municipal prioriza o primado do trabalho.

IV. A política de desenvolvimento municipal visa promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico.

V. A política de desenvolvimento municipal tem por objetivo exclusivo a expansão da arrecadação tributária municipal, ainda que em detrimento de programas sociais voltados à população vulnerável.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II, III, IV e V.**
- B) II, III, IV e V, apenas.**
- C) I, III, IV e V, apenas.**
- D) I, II, III e IV, apenas.**
- E) I, II e III, apenas.**

Questão 38

Maria e João viveram em união estável por vários anos e adquiriram, em condomínio, um imóvel urbano com área de 200 m². Após o término da convivência, João abandonou definitivamente o lar, deixando de exercer qualquer posse sobre o imóvel. Maria permaneceu residindo sozinha no local com seus filhos, exercendo posse direta, exclusiva, ininterrupta e sem oposição durante mais de dois anos. Verificou-se, ainda, que Maria não possui qualquer outro imóvel urbano ou rural e jamais foi beneficiada anteriormente pela modalidade especial de usucapião prevista no Código Civil.

Considerando o disposto no art. 1.240-A do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Maria somente poderá adquirir o domínio integral do imóvel após cinco anos de posse exclusiva e ininterrupta, independentemente da ocorrência de abandono do lar.**
- B) A aquisição do domínio integral será possível ainda que Maria seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural, desde que o imóvel possua área inferior a 250 m².**
- C) O direito previsto no art. 1.240-A poderá ser reconhecido diversas vezes à mesma pessoa, desde que recaia sobre imóveis distintos.**

D) A usucapião prevista no art. 1.240-A aplica-se também a imóveis rurais de até 250 hectares pertencentes ao ex-cônjuge ou ex-companheiro.

E)

Maria poderá adquirir o domínio integral do imóvel por usucapião familiar, desde que a posse exclusiva tenha sido exercida por dois anos ininterruptos e sem oposição, o imóvel tenha até 250 m², tenha havido abandono do lar pelo ex-companheiro e ela não seja proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Questão 39

Durante a tramitação de uma ação de cobrança, o Município de Iretama encontrou dificuldades para localizar o endereço de determinado devedor. Após diligências, verificou-se que a pessoa não possuía residência habitual, deslocando-se constantemente entre diferentes localidades em razão de atividades informais. Diante dessa situação, a Procuradoria Jurídica foi instada a se manifestar acerca da definição legal de domicílio da pessoa natural prevista no Código Civil.

Considerando o disposto no art. 73 do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

A) O domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual será o local de seu último endereço conhecido perante os órgãos públicos.

B) A pessoa natural que não tenha residência habitual será considerada sem domicílio para todos os efeitos jurídicos.

C) O domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual será o local onde exercer atividade profissional remunerada.

D)

Ter-se-á por domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual o lugar onde for encontrada.

E) O domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual será o local onde estiver inscrita como contribuinte perante a administração tributária.

Questão 40

O Município de Iretama celebrou contrato administrativo para aquisição de equipamentos destinados à modernização da rede municipal de saúde. Durante a análise do ajuste, a Procuradoria Jurídica constatou que uma das partes era absolutamente incapaz, não representada na forma da lei. Diante da situação, foi solicitada manifestação acerca dos requisitos de validade do negócio jurídico previstos no Código Civil.

Considerando o disposto no art. 104 do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

A) A validade do negócio jurídico depende de agente capaz, objeto economicamente vantajoso e forma necessariamente escrita.

B)

A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.

- C) A validade do negócio jurídico exige apenas objeto lícito e forma prescrita em lei, sendo irrelevante a capacidade das partes envolvidas.
- D) A validade do negócio jurídico exige agente capaz e objeto lícito, sendo dispensável a observância da forma prevista ou não vedada em lei.
- E) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito e registro do instrumento em cartório, independentemente da natureza do ato praticado.

Questão 41

O Município de Iretama ajuizou ação de ressarcimento ao erário contra um ex-servidor acusado de desviar recursos públicos. Durante a instrução do processo, verificou-se que os mesmos fatos estavam sendo apurados em ação penal ainda pendente de julgamento definitivo. Diante da alegação de prescrição formulada pela defesa, a Procuradoria Jurídica foi instada a se manifestar sobre a regra prevista no Código Civil acerca das pretensões originadas de fatos sujeitos à apuração criminal.

Considerando o disposto no art. 200 do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição não correrá antes da respectiva sentença definitiva.
- B) A existência de processo criminal impede o ajuizamento de qualquer ação na esfera civil até o trânsito em julgado da sentença penal.
- C) A regra do art. 200 do Código Civil aplica-se exclusivamente às ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trânsito.
- D) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, a prescrição correrá normalmente, independentemente da existência de processo penal.
- E) A instauração de investigação policial suspende definitivamente qualquer prazo prescricional de natureza civil.

Questão 42

Durante fiscalização realizada pelo órgão municipal de proteção e defesa do consumidor de Iretama, foi constatado que determinada empresa comercializava produtos em desacordo com as normas consumeristas. Ao instaurar processo administrativo para apuração das infrações, a autoridade competente analisou as sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor e a possibilidade de sua aplicação conjunta. Considerando o disposto no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, analise as assertivas a seguir.

I. Entre as sanções administrativas previstas para as infrações às normas de defesa do consumidor está a multa.

II. A apreensão e a inutilização do produto constituem sanções administrativas expressamente previstas no Código de Defesa do Consumidor.

III. A intervenção administrativa e a imposição de contrapropaganda podem ser aplicadas como sanções administrativas.

IV. As sanções administrativas previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor excluem eventual responsabilização civil ou penal do infrator pelos mesmos fatos.

V. As sanções administrativas previstas no art. 56 poderão ser aplicadas cumulativamente pela autoridade administrativa competente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, III, IV e V, apenas.
- B) I, III, IV e V, apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) I, II e III, apenas.
- E)
I, II, III e V, apenas.

Questão 43

O Município de Iretama atravessa grave crise administrativa. Em auditoria realizada pelos órgãos de controle, constatou-se que o ente municipal deixou de prestar contas exigidas por lei e, além disso, não aplicou o percentual mínimo constitucional destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino. Diante da situação, surgiu discussão acerca das hipóteses constitucionais que autorizam a intervenção estadual no Município. Considerando o disposto no art. 35 da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir.

- I. O Estado poderá intervir em Município que deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.**
- II. O Estado poderá intervir em Município quando não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei.**
- III. O Estado poderá intervir em Município que não aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.**
- IV. O Estado poderá intervir em Município quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.**
- V. O Estado poderá intervir em Município sempre que verificar queda na arrecadação tributária municipal por dois exercícios consecutivos.**

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II, III, IV e V, apenas.
- C) I, III, IV e V, apenas.
- D)
I, II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

Questão 44

Durante procedimento de revisão fiscal promovido pelo Município de Iretama, uma empresa constatou que havia deixado de recolher determinado tributo municipal em exercícios anteriores. Antes de qualquer ação fiscalizatória por parte da Administração Tributária, o contribuinte procurou espontaneamente o Fisco, declarou a infração e efetuou o pagamento integral do tributo devido, acrescido dos juros de mora. Posteriormente, discutiu-se a incidência das penalidades tributárias previstas na legislação. Considerando o disposto no art. 138 do Código Tributário Nacional, analise as assertivas a seguir.

I. A responsabilidade pela infração tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, quando for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

II. Quando o montante do tributo depender de apuração, a denúncia espontânea poderá ser acompanhada do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa.

III. A denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo relacionado com a infração continuará sendo considerada espontânea para fins do art. 138 do CTN.

IV. A denúncia apresentada após o início de medida de fiscalização relacionada com a infração não é considerada espontânea.

V. A denúncia espontânea exclui a responsabilidade tributária mesmo quando realizada após o início de procedimento administrativo relacionado com a infração.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e V, apenas.
- D) I, II, III, IV e V.
- E) I, IV e V, apenas.

Questão 45

O Prefeito do Município de Iretama firmou convênio com o Estado do Paraná para execução de obras de infraestrutura urbana. Encerrado o prazo de vigência do ajuste, o gestor deixou de encaminhar a prestação de contas dos recursos recebidos, embora dispusesse de toda a documentação necessária e da estrutura administrativa adequada para tanto. Posteriormente, verificou-se que a omissão tinha por finalidade impedir a identificação de irregularidades ocorridas na execução do convênio. Diante dos fatos, a Procuradoria Jurídica foi consultada sobre a caracterização de ato de improbidade administrativa.

Considerando o disposto no art. 11, inciso VI, da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A omissão na prestação de contas caracteriza ato de improbidade administrativa apenas quando houver enriquecimento ilícito do agente público.
- B) A omissão na prestação de contas somente caracteriza ato de improbidade administrativa quando resultar em dano efetivo ao erário devidamente quantificado

- C) Configura ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito deixar de prestar contas quando houver obrigação legal de fazê-lo, ainda que o agente não disponha das condições necessárias para tanto e não haja intenção de ocultar irregularidades.
- D) Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública deixar de prestar contas quando o agente estiver obrigado a fazê-lo, disponha das condições necessárias e atue com o propósito de ocultar irregularidades.
- E) A ausência de prestação de contas constitui ato de improbidade administrativa independentemente da demonstração de dolo, pois a modalidade culposa permanece expressamente prevista no art. 11 da Lei nº 8.429/1992.

Questão 46

O Município de Iretama identificou a necessidade de desapropriar determinado imóvel urbano abandonado, localizado em área densamente povoada, para implantação de unidade destinada ao controle de zoonoses e à execução de ações voltadas à prevenção de doenças transmissíveis. Em parecer jurídico, discutiu-se a existência de fundamento legal para a declaração de utilidade pública do imóvel.

Considerando o disposto no art. 5º, alínea "d", do Decreto-Lei nº 3.365/1941, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A salubridade pública constitui fundamento exclusivo para a imposição de limitações administrativas, sendo vedada sua utilização como fundamento para desapropriação.
- B) A salubridade pública constitui hipótese legal de utilidade pública apta a fundamentar a desapropriação de imóvel pelo Poder Público.
- C) A salubridade pública constitui hipótese de interesse social, mas não de utilidade pública para fins de desapropriação.
- D) A utilidade pública para fins de desapropriação exige necessariamente a existência de calamidade pública formalmente decretada.
- E) A desapropriação por utilidade pública somente pode ocorrer para execução de obras viárias, não abrangendo medidas relacionadas à saúde coletiva.

Questão 47

Durante audiência pública realizada para discutir a atuação das agências reguladoras federais, foram debatidas as garantias institucionais conferidas a essas entidades para assegurar independência técnica e estabilidade regulatória. Em parecer solicitado pelo Município de Iretama, a Procuradoria Jurídica analisou as características da natureza especial das agências reguladoras previstas na Lei nº 13.848/2019. Considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 13.848/2019, analise as assertivas a seguir.

I. A natureza especial das agências reguladoras é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica.

II. A autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira constitui característica da natureza especial das agências reguladoras.

III. A investidura a termo de seus dirigentes e a estabilidade durante os mandatos são características da natureza especial das agências reguladoras.

IV. As agências reguladoras estão sujeitas à subordinação hierárquica direta aos Ministérios aos quais se vinculam administrativamente.

V. A natureza especial das agências reguladoras decorre exclusivamente da autonomia financeira, não abrangendo autonomia funcional, decisória ou administrativa.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) I, II, III e IV, apenas.**
- B) I, III e IV, apenas.**
- C) II, III, IV e V, apenas.**
- D) I, II e III, apenas.**
- E) I, II, III, IV e V.**

Questão 48

Os Municípios integrantes de determinada região do Estado do Paraná decidiram constituir consórcio público para a gestão compartilhada de resíduos sólidos e de serviços ambientais. Durante a elaboração do protocolo de intenções, surgiram dúvidas sobre as competências e prerrogativas que podem ser atribuídas ao consórcio público nos termos da Lei nº 11.107/2005. A Procuradoria Jurídica do Município de Iretama foi consultada para esclarecer a questão. Considerando o disposto no art. 2º da Lei nº 11.107/2005, analise as assertivas a seguir.

I. Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

II. Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, bem como receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.

III. Nos termos do contrato de consórcio de direito público, o consórcio poderá promover desapropriações e instituir servidões, observada a declaração de utilidade pública, necessidade pública ou interesse social realizada pelo Poder Público.

IV. O consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes federativos consorciados, dispensada a licitação.

V. Os consórcios públicos somente poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante prévia autorização legislativa específica de cada ente consorciado, independentemente de previsão no contrato de consórcio público.

Está CORRETO o que se afirma em:

- A) II, III, IV e V, apenas.**
- B) I, II, III, IV e V.**
- C) I, III, IV e V, apenas.**

D)
I, II, III e IV, apenas.

E) I, II e III, apenas.

Questão 49

O Município de Iretama ajuizou execução fiscal para cobrança de crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa. Após a citação, a empresa executada apresentou exceção de pré-executividade subscrita por advogado sem procuração nos autos. Ao verificar a irregularidade da representação processual da executada, o magistrado suspendeu o processo e concedeu prazo razoável para a regularização do vício. Decorrido o prazo sem qualquer providência por parte da empresa, o juiz passou a analisar as consequências processuais previstas no Código de Processo Civil.

Considerando o disposto no art. 76, § 1º, inciso II, do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A empresa executada perderá automaticamente o direito de produzir provas, permanecendo regularmente representada nos autos.
- B)** O processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, pois a irregularidade foi verificada na representação processual da parte ré.
- C)** A irregularidade da representação processual do réu não produz qualquer consequência processual, desde que tenha sido apresentada defesa nos autos.
- D)**
A empresa executada será considerada revel, em razão do descumprimento da determinação judicial para sanar a irregularidade de sua representação processual.
- E)** O magistrado deverá determinar o arquivamento dos autos até que a executada constitua novo procurador.

Questão 50

O Município de Iretama ajuizou ação de ressarcimento ao erário em face de ex-servidor acusado de causar prejuízo aos cofres públicos. No curso da demanda, surgiram indícios de que o réu estaria alienando rapidamente seu patrimônio para frustrar eventual cumprimento de sentença. Diante do risco de ineficácia da futura tutela jurisdicional, a Procuradoria Jurídica requereu a concessão de tutela de urgência de natureza cautelar para assegurar a efetividade do processo.

Considerando o disposto no art. 301 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A tutela de urgência de natureza cautelar somente pode ser efetivada mediante arresto ou sequestro, sendo vedada a adoção de outras medidas cautelares.
- B)**
A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- C)** A tutela de urgência de natureza cautelar somente poderá ser concedida após o trânsito em julgado da sentença de mérito.

- D)** O rol de medidas cautelares previsto no art. 301 do CPC é taxativo, sendo vedada a adoção de medidas diversas das expressamente previstas no dispositivo.
- E)** O arrolamento de bens e o registro de protesto contra alienação de bem não constituem medidas cautelares admitidas pelo Código de Processo Civil.